A COMISSÃO DE SELEÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO, NOMEADA POR INTERMÉDIO DA PORTARIA Nº 20.239, DE 20/06/2024, REVOGA NA ÍNTEGRA A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - Edital 04-2024 SEMAS - FUNDO DO IDOSO.

Considerando, por força do princípio da autotutela a Administração Pública possuir poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos.

Considerando que esse princípio possui previsão em duas súmulas do STF, a 346, que estabelece que “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”, e 473, que dispõe o seguinte:

“A administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios, que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Nesse contexto, a autotutela envolve dois aspectos de atuação administrativa:

1. **Legalidade:** em relação ao qual a Administração procede, de ofício ou por provocação, a anulação de atos ilegais; e
2. **Mérito:** em que reexamina atos anteriores quanto a conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento (revogação).

Considerando o recurso interposto pela OSC Arca – Associação Recreativa e Cultural de Aracruz, através dos processos eletrônicos de nº 24.177/2024 e 24176/2024;

As Razões de recurso que foram apresentadas no processo nº 24.177/2024, pelo recorrente no prazo deferido, ou seja, em 01 a 02/07/2024, tendo em vista os seguintes apontamentos:

- A) Ausência de assinatura do responsável técnico na proposta (item g).
- B) Ausência de Consulta Livre, prévia e Informada à Comunidade Indígena
- C) Informações sobre as ações a seres executadas (critério de julgamento A)
- D) Adequação da proposta (critério de julgamento B e C)
- E) Notas divergentes no critério D nas duas avaliações recebidas pela ARCA em lotes diferentes.

Diante do exposto, a ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Aracruz fez os seguintes requerimentos:

1. Que seja eliminada a proposta técnica apresentada pela Associação Amigos da Justiça, diante dos fatos e argumentos acima narrados, ou; que seja revista a pontuação atribuída a ARCA diante dos apontamentos realizados no presente recurso;
2. Que seja reconsiderada a pontuação da Recorrente, vez que atendeu claramente todos os critérios de julgamento de forma plena, ensejando diretamente na alteração da ordem classificatória do projeto apresentado pela ARCA.

No que se refere ao processo nº 24.176/2024 as razões de recurso apresentadas, pelo recorrente no prazo deferido, ou seja, em 01 a 02/07/2024, haja vista os seguintes apontamentos:

- A) Divergência na localização da execução da proposta técnica apresentada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Econômico e Social (IPPES);
- B) Falta de comprovação de acessibilidade e cessão de espaço;
- C) Irregularidade clara na indicação de qualificação técnica da entidade e na indicação de profissionais para execução do objeto.
- D) Ausência de delimitação clara do objeto;
- E) Ausência de inscrição no Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

Genivaldo Dias
Bruno Costa

Diante do exposto, a ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Aracruz fez os seguintes requerimentos:

1. Que seja eliminada a proposta técnica apresentada pelo IPPES, diante dos fatos e argumentos acima narrados, ou; que seja revista a pontuação atribuída ao IPPES diante dos apontamentos realizados no presente recurso;
2. Que seja reconsiderada a pontuação da Recorrente, vez que atendeu claramente todos os critérios de julgamento de forma plena, ensejando diretamente na alteração da ordem classificatória do projeto apresentado pela ARCA.

Considerando a autotutela que envolve a questão de Legalidade essa Comissão de Seleção, decide pela revogação da Resposta Recurso Resultado Preliminar – ARCA, publicado no Site da PMA na data de 09/07/2024;

Considerando o segundo aspecto de atuação administrativa, essa comissão por questão de mérito procede o reexame dos atos anteriores e decidiu revogar a Homologação do resultado final – edital 04-2024 semas – Fundo do Idoso.

Ante ao exposto é essencial a regularidade dos atos, após a reanálise por parte desta Comissão aos pedidos de interposição de recursos ora proposto pela Osc recorrente, e chegamos a seguinte conclusão:

No processo nº 24.177/2024, a Comissão de Seleção **INDEFERE** o recurso no tocante ao **Quesito A: Ausência de assinatura do responsável técnico na proposta**, com a justificativa que atribui eliminação da proposta da OSC concorrente ao mesmo Lote 02.

A razão do **INDEFERIMENTO** se atribui ao **ANEXO I** (Termo de Referência), do Edital N° 004/2024, no item 6.3 Etapa 2 – Envio dos projetos, subitem 6.3.1 “A proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal”;

Pela análise dos autos no processo nº 24.176/2024, a Comissão de Seleção **DEFERE** o recurso no tocante ao **Quesito E) Ausência de inscrição no Conselho Municipal da Pessoa Idosa**, com a justificativa que atribui eliminação da proposta da OSC concorrente a mesma no Lote 03.

A razão do **DEFERIMENTO** se atribui ao **ANEXO I** (Termo de Referência), do Edital N° 004/2024, no item 4 da participação das organizações da sociedade civil, subitem 4.1 “Poderão participar do Edital de Chamamento Público as organizações da sociedade civil, assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019/2014 com redação dada pela Lei nº 13.204/2015, devidamente registradas no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Aracruz (CMDPI) que possuam experiência na promoção, proteção, defesa e atendimento a idosos”.

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do andamento do Edital de Chamamento Público nº 004/2024 SEMAS – FUNDO DO IDOSO, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecida no instrumento editalício, ou mesmo relativizá-las, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes dos critérios do edital, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os participantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

O Termo de referência, Anexo I do edital traz requisitos para as organizações da Sociedade Civil que poderão participar do Chamamento Público, e o escopo do Edital traz diretrizes da LEI 13019/20214 e suas alterações, onde as OSC participantes devem estar devidamente regulamentadas, e que sejam especializadas no objeto do Edital e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos. Assim, a Comissão de Seleção:

Carla
Carla

RESOLVE

- HOMOLOGAR O RESULTADO FINAL do Chamamento Público 004/2024/SEMAS, na conformidade do Edital publicado.**

Lotes	Proponentes	N.º Processo	Pt.	Situação	Motivo
01	Instituto de Políticas Públicas, Desenvolvimento Social e Educacional do Espírito Santo.	22.416/2024	8,88	Eliminado	Falta de comprovação de Inscrição no CMDPI, conforme Etapa 4 do Termo de Referência – Anexo I do Edital, bem como critério c da etapa 6 de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção
02	Associação Amigos da Justiça, Cidadania, Educação e Artes Amigos da Justiça	22.731/2024	13,88	Classificada 1º colocada	
02	Arca – Associação Recreativa e Cultural de Aracruz	22.732/2024	11	Classificada 2º colocada	Conforme Etapa 6 do Edital, nos critérios de julgamento - letra i
03	Instituto de Políticas Públicas, Desenvolvimento Social e Educacional do Espírito Santo	22.524/2024	13,88	Eliminado	Falta de comprovação de Inscrição no CMDPI, conforme Etapa 4 do Termo de Referência – Anexo I do Edital, bem como critério c da etapa 6 de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção
03	Arca – Associação Recreativa e Cultural de Aracruz	22.733/2024	13	Classificada	

Fica revogado a Resposta Recurso Resultado Preliminar – ARCA – Edital 04-2024 SEMAS – FUNDO DO IDOSO, publicado em 09/07/2024 no Site da PMA;

Fica revogado a Homologação do Resultado Final Edital 04-2024 SEMAS – FUNDO DO IDOSO, publicado em 11/07/2024 no Site da PMA;

No momento da divulgação da Homologação de classificação final das entidades, a Comissão de Seleção abrirá prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente ao da data de divulgação do comunicado.

Aracruz 17 de julho de 2024.

Quis
Aracruz
Aracruz

S. Dias

Silviana Souza Dias

Presidente da Comissão de Seleção

Bruna Carla

Bruna Carla Vieira da Costa

Membro da Comissão

R. Santos

Roseane Rodrigues Helmer dos Santos

Membro da Comissão

G. Cunha

Gessyara Schimith Cunha

Membro da Comissão